

MATURIDADE



Democratização da sobrevivência

Lucas Sancho/Divulgação



Helio Montenegro/Ipea

Resistência em contratar funcionários mais velhos pode ser equacionada por meio de programas de educação continuada, diz especialista

Ana Amélia Camarano:
"Hoje há mais expectativa de vida com qualidade e autonomia"

» JÁDER REZENDE

Pessoas com 60 anos ou mais, consideradas idosas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para países em desenvolvimento, representam 22,6% da população do país, de acordo com o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa força de trabalho no mercado, no entanto, não é valorizada pela maioria das empresas, embora o Estatuto do Idoso garanta a essa parcela o pleno exercício da atividade profissional, respeitando suas condições físicas, intelectuais e psíquicas, proibindo, ainda, a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, exceto por exigência do cargo.

Para a pesquisadora Ana Amélia Camarano, coordenadora de estudos e pesquisas de igualdade de gênero, raça e gerações, da diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a grande

revolução observada hoje não deve ser medida pela longevidade, mas pela "democratização da sobrevivência".

"O que é novo é o fato de mais pessoas estarem chegando a idades mais avançadas. Antes, viver muito era um privilégio de poucos. Hoje, há mais expectativa de vida, com qualidade e autonomia, para as pessoas desempenharem as suas atividades", diz.

O preconceito vigente por parte das empresas em contratar funcionários mais velhos, segundo ela, pode ser equacionado por meio de programas de educação continuada, incentivo de trocas intergeracionais, instalações ergonômicas adequadas, estímulo ao treinamento e capacitação continuada. Além disso, ela aponta a necessidade da implementação de políticas de transporte público. "As empresas devem colaborar, não deixar apenas nas mãos do Estado", observa.

Além da experiência, a pesquisadora aponta como vantagens garantidas na contratação de pessoas mais velhas a

possibilidade de maior responsabilidade nas tarefas a serem executadas, a economia gerada com vales-transporte, o não recolhimento de tributos, como seguridade social e a contribuição de apenas 2% para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Outra variável importante, segundo ela, é a ideia da maior experiência do idoso se contrapor às novas tecnologias. "Apesar da experiência profissional ser maior em relação aos mais jovens, os chamados veteranos ainda apresentam mais dificuldades de acompanhar as mudanças tecnológicas, sobretudo a parcela com idade mais avançada, com educação mais baixa. Daí a necessidade de treinamentos específicos", pondera.

Camarano reconhece que a legislação brasileira garantiu avanços em relação às políticas públicas de proteção ao idoso, mas pondera que, na prática, a teoria é bem outra. "Infelizmente, não há cumprimento das leis. O Estatuto do Idoso estabelece danos legais, mas é difícil

criminalizar uma empresa", afirma.

O trabalho informal observado entre a população idosa também é destacado por ela, que aponta as chamadas novas ocupações, como motorista de aplicativos, uma das alternativas preferidas, principalmente entre aposentados.

Aos 75 anos, a atriz Ruth Guimarães decidiu produzir e encenar espetáculos sobre a velhice. Ela reconhece que os avanços tecnológicos trouxeram comodidade para a maioria das pessoas, mas admite que a adaptação aos tempos não é tarefa nada fácil. "Dependo muito da tecnologia, mas essa ressignificação é bem complicada, é outra lógica", diz, observando que essa resistência não deve ser vista como impedimento para qualquer possibilidade de trabalho.

"Os padrões mudaram. Hoje, as pessoas mais velhas não podem ser taxadas de improdutivas. A ocupação, seja ela qual for, é uma importante medicação, é imprescindível para potencializar a criatividade na velhice", ensina.